



Intervenção da CDU na sessão solene no âmbito das comemorações do 34º aniversário da Amadora

Carlos Almeida (Comissão Concelhia do PCP da Amadora)

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora,
Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Amadora,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia
Senhores Representantes de Autoridades Cívicas e Militares
Senhores Representantes do Movimento Associativo
Caros Trabalhadores do Município
Caros Municípios,

A nossa Amadora faz hoje trinta e quatro anos. Trinta e quatro anos de caminhada emancipada, com a responsabilidade democrática da decisão sobre os caminhos escolhidos. Quem vive e conhece a Amadora, do tempo em que ela não passava de um subúrbio desqualificado paredes meias com Lisboa, quem brincou no campo de trigo, depois um baldio abandonado, onde está construído hoje o parque central, e caminhou pela rua dos Bombeiros Voluntários, bem no centro da nossa cidade, quando era ainda um caminho de terra, quem conheceu o drama corrente das cheias e inundações, quem conviveu com o bairro de construções mais do que precárias, em madeira, plástico e zinco, pendurado na encosta da ribeira da Falagueira, tantas vezes assaltado por incêndios mortais, quem se habituou a viver com o cheiro nauseabundo proveniente da lixeira da Boba, quem cresceu a ouvir mil advertências, dos pais ou dos avós, sobre o perigo do atravessamento da estação de caminhos de ferro mais mortífera do país, quem ouviu falar do maior bairro clandestino da Europa, feito de casas plantadas na encosta de um monte, sem infra-estruturas, quem apenas conheceu o parque infantil do Jardim Delfim Guimarães como único espaço lúdico tratado para o recreio e a brincadeira, para quem teve que procurar em outros lugares a escola que aqui não existia, para quem viu o edifício onde ainda hoje funciona a Câmara Municipal, quando, ainda em tosco, aí foram instalados, então, os primeiros órgãos do Município, sabe avaliar bem o grau das transformações verificadas ao longo destes trinta e quatro anos na Amadora.

Para esses que aqui vivemos, esta era a nossa terra, sempre foi a nossa cidade, mesmo se o fascismo nos não reconhecia tal qualidade, e nos vergava ao peso da pobreza. A Amadora era tudo isso, é verdade, mas a Amadora era também uma terra de gente de trabalho, de luta e de resistência, de cultura. Na Sorefame, na Cometna ou na Cel-Cat, e em inúmeras outras fábricas e empresas, nas colectividades, associações e cooperativas, os sonhos cresciam e faziam-se projecto e realidade no labor de homens e mulheres. Cultivavam-se os hábitos e as formas culturais trazidas das terras de origem, do Alentejo às Beiras, pelas gentes que fugiam à miséria e à fome, procurando na urbe os caminhos de uma vida melhor, mas ao mesmo tempo forjavam-se novos costumes, uma outra cultura, laços de solidariedade nascidos de um quotidiano partilhado de esforço, de sofrimentos e injustiças, mas também de revolta e indignação. A Amadora fez-se também como cidade na luta contra o fascismo, na luta pela liberdade e a democracia, mas também pelo trabalho com direitos, por condições de vida dignas, contra a exploração desenfreada. E todo o país que resistia e enfrentava a repressão, sabia que na Amadora morava um jornal que escrevia as notícias que davam voz à torrente de luta que crescia e se agigantava, reclamando o derrube da ditadura que nos oprimia e sufocava.

CDU – Coligação Democrática Unitária

Av. da República, 20 - 1º 2700 AMADORA Telef.: 21 494 11 62 Fax: 21 494 11 61 @ amadora@dorl.pcp.pt



Alguns considerarão desajustada esta evocação, mas a verdade é que pouco se compreenderá do alcance das transformações ocorridas na nossa cidade, nos últimos trinta e quatro anos, se não se levar em linha de conta a forte dinâmica social que resulta desses dois processos:

- por um lado, a realidade económica e social da cidade, a riqueza e o capital de energias e de força organizada existente, acumuladas ao longo da luta contra o fascismo e que, depois do 25 de Abril, se expressou em toda a sua vitalidade, através, designadamente, da actividade de inúmeras comissões de trabalhadores e de moradores, e de colectividades;

- por outro lado, o quadro de transformações democráticas e progressistas ocorridas com o 25 de Abril e consagradas na Constituição da República Portuguesa, de entre as quais o Poder Local Democrático emerge como uma das suas mais importantes realizações.

Foi do impulso de um movimento popular forte, dinâmico e participado, e da acção de um poder local democrático ao serviço das populações e enriquecido pelo contributo plural dos diferentes projectos e propostas políticas nele representadas por força do voto soberano, que foi possível projectar o movimento de desenvolvimento do município e de melhoria e qualificação dos padrões de vida dos seus munícipes que é constatável em todos os domínios e indicadores. Álvaro Cunhal, figura maior da história contemporânea portuguesa, cujo centenário se assinala durante este ano, salientava, em 1976, esta ideia que mantém hoje acrescida actualidade: “ao contrário do que a ideologia e a propaganda das forças do capital actualmente procuram gravar na memória e na consciência dos portugueses, as grandes conquistas democráticas da revolução de Abril - entre elas referia o poder local democrático - correspondiam a exigências de natureza objectiva para o desenvolvimento do país e a resposta às necessidades e aspirações profundas do povo português”. Ora, o Município da Amadora, justamente chamado de Abril, constitui, porventura, a mais viva confirmação daquela tese. Sendo uma aspiração funda, alimentada no período da luta anti-fascista, a criação do Município da Amadora, e por essa via, a acção do poder local democrático, tal como a Constituição da República o configurou, preencheu uma necessidade objectiva sem o qual não seria possível projectar o desenvolvimento da cidade e responder às necessidades prementes da população. No salutar confronto entre os diferentes projectos políticos apresentados em cada eleição, e da busca da convergência necessária em torno da solução dos problemas concretos, foi possível desenvolver estratégias, planejar e realizar projectos que qualificaram a vida da cidade em todos os domínios, acomodando, sem sobressaltos, todas as flutuações e equilíbrios políticos que resultaram do exercício soberano do voto, e garantindo, no essencial, um amplo escrutínio e fiscalização das decisões em cada momento tomadas.

Foi sempre, aliás, com esse espírito, e em obediência ao princípio constitucional, que os eleitos comunistas, ecologistas, democratas com ou sem partido que hoje se congregam no projecto de ampla convergência democrática que é a CDU, sempre pautaram a sua acção, assumindo pelouros e responsabilidades executivas no governo da cidade, quando se verificavam condições concretas para a realização de um trabalho útil, salvaguardando a total independência e liberdade de acção e de intervenção que resulta do projecto próprio que apresentámos à cidade e pelo qual prestamos contas aos munícipes. Outros, mais empenhados em estratégias de poder próprio, e pouco afeitos à responsabilidade do trabalho concreto para a resolução dos problemas das populações, troçam ou deturpam este princípio. Pela nossa parte, temos orgulho nessa nossa atitude e no contributo que, em maioria ou em minoria, nunca deixámos de dar para o desenvolvimento da cidade e a defesa dos interesses da população.

É ancorados nessa experiência, e na interpretação que fazemos do ordenamento constitucional do poder local democrático que, desta tribuna, e nesta ocasião, queremos dirigir uma saudação particular aos homens e mulheres, de todos os quadrantes políticos ou filosóficos, com ou sem partido, que ao longo destes trinta e

CDU – Coligação Democrática Unitária

Av. da República, 20 - 1º 2700 AMADORA Telef.: 21 494 11 62 Fax: 21 494 11 61 @ amadora@dorl.pcp.pt



quatro anos, por força do voto popular, em muitos casos várias vezes renovado, deram o melhor de si próprios em prol do Município. Nesta ocasião, queremos dirigir uma saudação particular, cordial e democrática, ao actual Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Moreira Raposo, e ao actual Presidente da Assembleia Municipal, António Ramos Preto, que concluirão cerca de dezasseis anos à frente dos destinos do Município e que, no caso do actual Presidente da Câmara, e por força da lei, não se candidatará a um novo mandato nesse órgão. Mas permiti, igualmente, que saúde, de forma amiga e fraterna, o meu camarada António João Carixas, actual vereador da Câmara Municipal, que por razões do foro privado sobre todas as outras respeitáveis, entendeu não dever disponibilizar-se para uma nova candidatura aos órgãos do Município. A sua dedicação desinteressada à Amadora, e às suas gentes, o contributo que deu e que certamente continuará a dar para a vida da cidade, em particular no movimento associativo, a seriedade e empenho com que desempenhou todas as funções para que foi eleito, desde a Junta de Freguesia da Venteira à Câmara Municipal, passando pela Assembleia Municipal, a discrição e a simplicidade que lhe são tão próprias, constituem exemplo e inspiração para todos quantos desempenham funções públicas, ao mesmo tempo que dão cor a essa expressão que, de norte a sul do país, cidadãos de todos os quadrantes políticos e religiosos se habituaram a conhecer e a reconhecer, como a marca distintiva do projecto autárquico da CDU, trabalho, honestidade e competência. Fazemos estas referências com a plena consciência dos tempos difíceis em que vivemos, e de como a desconfiança, e não poucas vezes o insulto sobre o poder local e todos quantos nele desempenham responsabilidades públicas por escolha dos seus municípios e fregueses, se tornou voz corrente e bem falante, às vezes até de sectores políticos de quem se esperava outra atitude.

Entretanto, o balanço amplamente positivo que fazemos destes trinta e quatro anos de poder local democrático na Amadora não ignora os inúmeros problemas, carências, e impasses que o Município enfrenta, assim como as necessidades e dificuldades concretas com que a população da Amadora está confrontada. Alguns milhares de pessoas, cidadãos como nós, continuam a viver, hoje ainda, em bairros de génese ilegal, em condições absolutamente intoleráveis. A requalificação urbana, pese embora pequenas intervenções que melhoraram aqui e ali o quadro de vida das populações, continua a carecer de uma orientação estratégica virada para a sustentabilidade que proponha uma vocação para a cidade no quadro da área metropolitana de Lisboa. O município carece há muitos anos de uma política cultural coerente que, muito para lá do aglomerado disperso e desconexo de acções e iniciativas, se constitua como um eixo fundamental da política de desenvolvimento da cidade, preservando o seu património, reintegrando-o na vida da cidade, valorizando a diversidade cultural como uma riqueza única da cidade, e estimulando o contributo criador das associações e colectividades. No mesmo sentido, a Amadora precisa de uma política desportiva que dê prioridade ao desporto escolar e de formação, recuperando as modalidades que já foram imagem de marca da cidade, que estimule a cultura física e o desporto, que apoie o esforço dos clubes desportivos. A cidade tem ainda carências graves ao nível do acesso aos serviços públicos, desde logo na área da saúde, mas não só. O Município tem, em particular, um problema grave e persistente de desequilíbrio funcional, com predomínio da componente residencial, que urge inverter com uma política que apoie a iniciativa das micro e pequenas empresas, que promova a actividade económica, com destaque para o sector produtivo, e que favoreça a criação de emprego, qualificado e com direitos.

As próximas eleições para os órgãos do poder local, agendadas já para o dia 29 de Setembro, serão o momento para discutir esses e outros assuntos, e confrontar propostas, visões e projectos sobre o futuro da cidade. Contudo, sem embargo da especificidade muito própria que sempre marca estas eleições, e que decorre da proximidade dos problemas concretos que é preciso identificar e ultrapassar, estas eleições são irremediavelmente marcadas pela crise profunda que o país atravessa, em resultado do rumo de desastre para onde os partidos da direita têm conduzido o país, tantas vezes com o apoio ou o consentimento, mais ou menos envergonhado, do PS. O roubo nos salários e nas pensões, o agravamento dos mecanismos de exploração do trabalho e o mais desbragado favorecimento dos lucros e interesses do grande capital, o desemprego galopante, atingindo com particular violência os jovens, a desarticulação do sistema produtivo nacional, a destruição dos

CDU – Coligação Democrática Unitária

Av. da República, 20 - 1º 2700 AMADORA Telef.: 21 494 11 62 Fax: 21 494 11 61 @ amadora@dorl.pcp.pt



serviços públicos, o retrocesso de direitos e garantias, em suma, o assalto violento contra os alicerces fundamentais do regime democrático que a Constituição da República consagra é uma realidade dura que percorre o país inteiro, atravessa todos os municípios, todas as freguesias, e oprime o quotidiano da generalidade dos portugueses. E o poder local democrático, nos seus alicerces essenciais, a proximidade aos cidadãos, a democraticidade que resulta da ampla participação na gestão da coisa pública, a sua autonomia e capacidade própria de intervenção não escapa à sanha destruidora da política de direita, não sendo a campanha de calúnia e desvalorização do carácter democrático do poder local desligada de tais propósitos.

O processo de extinção de freguesias, no caso da Amadora, promovido pela própria iniciativa da maioria PS na Câmara Municipal, é um triste exemplo da conivência e cumplicidade do Partido Socialista com a política de direita. Como é sabido, os eleitos da CDU foram os únicos que se opuseram de forma determinada à concretização desta medida. Sempre dissemos que ela constituía um ataque contra o poder local democrático, mas, sobretudo, uma medida contrária às necessidades do desenvolvimento do Município, e da resposta que urge aos problemas das populações. A realidade está, infelizmente, a dar-nos razão. O processo de encerramento dos postos dos CTT é apenas a primeira fase de um movimento de concentração de serviços públicos que, a não ser travado, se alargará da saúde à educação, passando pela segurança pública. Como em todas as outras esferas da vida pública, tratar-se-á de reduzir serviços, degradando a qualidade da resposta da administração pública, e favorecendo os negócios privados.

Mas não é apenas porque é opressivo e incerto o horizonte que se abre com a continuação desta política de empobrecimento e desemprego que as próximas eleições autárquicas são fortemente condicionadas pela situação mais geral que o país atravessa. O debate sobre os problemas e desafios que a cidade enfrenta evidencia a irredutível incompatibilidade entre a eventual continuação desta política e os interesses do desenvolvimento do Município. E essa é uma realidade que nem a propaganda mais habilidosa consegue ocultar: no quadro da política de capitulação do interesse nacional e de destruição do país consagrada no Pacto de Agressão subscrito com a Troika pelo PS, PSD, e CDS, não é possível dar resposta às necessidades das populações. Seja por que prisma se olhe, não é possível criar emprego, apoiar as micro e pequenas empresas, promover a requalificação urbana, resolver o problema da habitação, projectar uma estratégia de desenvolvimento sustentado da cidade ou sequer apoiar com dignidade e na medida devida os mais atingidos por e esta política de rapina, se o país continuar a ser sangrado continuamente para alimentar os lucros do capital financeiro. Estamos fartos de ouvir dizer que não há dinheiro, que os orçamentos públicos são incapazes de sustentar os nossos salários, as pensões para que milhares e milhares de trabalhadores descontaram ao longo de uma vida de trabalho, os direitos para todos que a luta social através de gerações foi capaz de alcançar, os investimentos que as necessidades do país exigem. Mas esses mesmos que nos acusam de viver acima das nossas possibilidades nunca nos explicam porque temos que continuar a alimentar, com o nosso trabalho, a voragem insaciável da banca privada, porque tem o nosso sacrifício que sustentar as taxas de rentabilidade das parcerias público-privadas ou os ruinosos contractos swap, porque continua a dor e o sofrimento de tantas vidas destroçadas a encher os buracos sem fundo do BPN, ou as negociatas do BPP e do BANIF, porque têm as nossas pensões e os nossos salários que sair do país sob a forma de juros da dívida para benefício especulativo dos bancos e das instituições financeiras que nos oprimem, porque têm os impostos sobre o trabalho que pagar o lucro que os grandes grupos económicos correm a guardar em paraísos fiscais? Se não há dinheiro para uns e há para outros, é porque quem governa decide privilegiar uns e castigar outros.

O país não suporta mais destruição, mais miséria e pobreza. A cada dia que passa, há mais famílias arrastadas para o desemprego, mais jovens a abandonar o país, mais empresas a encerrar, mais idosos agravando a sua saúde por falta de condições financeiras. Demitir este governo, impor uma ruptura com este caminho de destruição do país, promover uma política alternativa que valorize o trabalho, que promova a reconstituição do sistema produtivo, que mobilize as energias criadoras dos jovens é um imperativo de sobrevivência que urge

CDU – Coligação Democrática Unitária

Av. da República, 20 - 1º 2700 AMADORA Telef.: 21 494 11 62 Fax: 21 494 11 61 @ amadora@dorl.pcp.pt



concretizar mais cedo que tarde. É por isso que o que se joga nas próximas eleições é muito mais do que a eleição dos órgãos que vão governar os municípios e as freguesias, e isso já não seria pouca coisa. O desafio que está colocado é o de fazer destas eleições uma manifestação útil de protesto e alternativa por um novo rumo e uma nova política para o país.

Vivemos tempos difíceis, onde impera e se alimenta a desesperança, a resignação e o descrédito da política. Para tal ambiente, contribui, em não pouca medida, o absoluto despudor com que os partidos do governo se apresentam a estas eleições, e o modo insultuoso como se dirigem aos cidadãos. Não é só a gigantesca operação de manipulação das consciências destinada a esconder dos olhares da opinião pública um orçamento de estado que promoverá milhares de despedimentos na administração pública, imporá mais cortes nos salários e nas pensões, e agravará para lá do insuportável as condições de vida dos portugueses. É da mais pura falta de vergonha que os mesmos que destroem a escola pública, inclusiva e para todos, que promovem a desarticulação do serviço nacional de saúde e agravam o preço dos medicamentos, que favorecem a evasão fiscal e isentam de impostos os grandes grupos económicos e as grandes fortunas ao mesmo tempo que penalizam os rendimentos do trabalho e limitam a capacidade financeira das autarquias locais, venham apregoar como promessas eleitorais, “livros escolares gratuitos, já”, “medicamentos comparticipados já”, ou “taxa mínima de IMI, já”. Este vale tudo sem ética nem responsabilidade, degrada a política e destrói a democracia.

É também por isso que as eleições do próximo dia 29 de Setembro são importantes. Para afirmar de forma clara e determinada que o que é mesmo preciso, já e agora, é correr com este Governo, e derrotar esta política, resgatando a democracia das mãos dos que a querem amordaçar, empobrecer, e destruir. O apelo cívico que daqui dirigimos a todos e a cada um dos munícipes da Amadora é que no próximo dia 29 de Setembro tomem nas mãos o destino da nossa vida colectiva, transformem o protesto e a indignação num instrumento útil de transformação, e votem, afirmando, de forma inequívoca, a urgência de uma mudança profunda no rumo do país.

Temos a humildade democrática para reconhecer a existência de razões para a descrença, a desorientação, e o descrédito em relação à política. Mas é essa mesma humildade democrática que nos faz mostrar o exemplo de trabalho e dedicação dos eleitos da CDU, no respeito pelos compromissos assumidos, ao serviço da resolução dos problemas concretos da população, e sempre ao lado da luta pela realização dos seus anseios e aspirações, para dizer que os partidos políticos não são todos iguais, e que para nós a política é verdade, é responsabilidade, é compromisso.

Nuvens pesadas avolumam-se no horizonte. Lá fora, os senhores da guerra fazem soar, de novo, os clarins da morte, do sofrimento e da destruição. Por cá, acelera-se a ruína do país e aniquilam-se os sonhos de uma geração inteira, tantas vidas destroçadas para benefício de tão poucos. Contudo, por muito poderosas que sejam essas forças, sabemos ser igualmente forte a vontade de resistir e fazer frente à barbárie. Determinados e prontos para as lutas necessárias, olhamos o presente e o futuro com confiança. Com a mesma confiança com que muitos homens e mulheres, ao longo de tantos anos, às vezes sob as condições mais duras sonharam na Amadora uma cidade emancipada e emancipadora, livre, democrática e onde desse gosto viver. Como disse Salvador Allende poucos momentos antes de ser assassinado, faz hoje precisamente 40 anos, “o futuro será do povo e dos trabalhadores, a humanidade avança para a conquista de uma vida melhor”.

Viva a Amadora, Município de Abril!

11 de setembro de 2013

CDU – Coligação Democrática Unitária

Av. da República, 20 - 1º 2700 AMADORA Telef.: 21 494 11 62 Fax: 21 494 11 61 @ amadora@dorl.pcp.pt